



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

### Concurso Público

## 020. PROVA OBJETIVA

### ANALISTA JUDICIÁRIO (Área/Especialidade: Fiscal de Arrecadação)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 70 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Redija o texto definitivo com caneta de tinta azul, preferencialmente, ou preta, na folha de redação. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida a metade do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

*O tempo dirá se o Marco Civil da internet é bom ou ruim*

Foi aprovado o Marco Civil da internet: aquilo a que chamam de “Constituição da internet” e que será capaz de afetar diretamente a vida de milhões de usuários que já não usam mais a internet apenas para se divertir, mas para trabalhar.

O Marco Civil garantirá a neutralidade da rede, segundo a qual todo o conteúdo que trafega pela internet será tratado de forma igual. As empresas de telecomunicações que fornecem acesso poderão continuar vendendo velocidades diferentes. Mas terão de oferecer a conexão contratada independentemente do conteúdo acessado pelo internauta e não poderão vender pacotes restritos.

O Marco Civil garante a inviolabilidade e o sigilo das comunicações. O conteúdo poderá ser acessado apenas mediante ordem judicial. Na prática, as conversas via Skype e as mensagens salvas na conta de *e-mail* não poderão ser violadas, a menos que o Judiciário determine.

Excluiu-se do texto aprovado um artigo que obrigava empresas estrangeiras a instalar no Brasil seus *datacenters* (centros de dados para armazenamento de informações). Por outro lado, o projeto aprovado reforçou dispositivo que determina o cumprimento das leis brasileiras por parte de companhias internacionais, mesmo que não estejam instaladas no Brasil.

Ressalte-se ainda que a exclusão de conteúdo só poderá ser ordenada pela Justiça. Assim, não ficará mais a cargo dos provedores a decisão de manter ou remover informações e notícias polêmicas. Portanto, o usuário que se sentir ofendido por algum conteúdo no ambiente virtual terá de procurar a Justiça, e não as empresas que disponibilizam os dados.

Este é o Marco Civil que temos. Se é o que pretendíamos ter, o tempo vai mostrar. Mas, sem dúvida, será menos pior do que não termos marco civil nenhum.

(*O Liberal*, Editorial de 24.04.2014. Adaptado)

**01.** De acordo com o texto, o Marco Civil da internet

- (A) exige que empresas estrangeiras instalem centros de armazenamento de dados e informações no Brasil se quiserem oferecer seus serviços a usuários brasileiros.
- (B) determina quais conteúdos podem ser considerados neutros ou polêmicos, orientando os usuários quanto aos *sites* moralmente idôneos.
- (C) dispõe sobre as relações entre empresas de telecomunicações e usuários da rede e defende o caráter inviolável dos conteúdos circulantes no ambiente virtual.
- (D) garante que órgãos do governo tenham livre acesso a conversas via Skype e a mensagens salvas na conta de *e-mail* dos usuários brasileiros.
- (E) foi criado para impedir que companhias internacionais atuem no mercado brasileiro, instalando seus centros de dados para armazenamento de informações no Brasil.

**02.** Segundo informações textuais, com o Marco Civil da internet,

- (A) as informações que circulam na rede serão automaticamente excluídas pelo governo, caso sejam polêmicas.
- (B) o usuário da rede ganha o direito de requerer junto às empresas provedoras de dados e serviços a exclusão de conteúdo considerado ofensivo.
- (C) os provedores passam a ser responsáveis pelo conteúdo divulgado e são eles que decidem quando uma informação deve ser excluída.
- (D) as solicitações de exclusão de conteúdo da internet devem ser encaminhadas ao Poder Judiciário.
- (E) as ações dos provedores serão controladas pela Justiça, que autorizará o acréscimo de conteúdos na rede após a certificação de que não são controversos.

**03.** Conforme opinião expressa no texto, o Marco Civil da internet é

- (A) necessário, embora seja precoce tecer julgamentos a respeito de sua eficácia.
- (B) dispensável, pois as leis tradicionais eram suficientes para tratar do meio virtual.
- (C) ineficaz, uma vez que a maioria dos provedores atende a leis internacionais.
- (D) irretocável, apesar de não ter sido amplamente debatido com a população.
- (E) inconveniente, já que compromete a liberdade de expressão do cidadão.

**04.** Assinale a alternativa em que a frase do texto permanece correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, após o acréscimo das vírgulas.

- (A) As empresas de telecomunicações que fornecem acesso, poderão continuar vendendo, velocidades diferentes.
- (B) Mas terão de oferecer, a conexão contratada independentemente, do conteúdo acessado pelo internauta e não poderão vender pacotes restritos.
- (C) O Marco Civil garante, a inviolabilidade e o sigilo, das comunicações.
- (D) O conteúdo poderá ser acessado apenas, mediante, ordem judicial.
- (E) Ressalte-se, ainda, que a exclusão de conteúdo só poderá ser ordenada pela Justiça.

05. Feitas as adequações necessárias, a reescrita do trecho – O Marco Civil garante a inviolabilidade e o sigilo das comunicações. – permanece correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

A inviolabilidade e o sigilo das comunicações...

- (A) ... mantêm-se garantidos pelo Marco Civil.
- (B) ... mantêm-se garantidos pelo Marco Civil.
- (C) ... mantêm-se garantido pelo Marco Civil.
- (D) ... mantêm-se garantidas pelo Marco Civil.
- (E) ... mantêm-se garantidas pelo Marco Civil.

06. Assinale a alternativa que apresenta a frase cuja redação está condizente com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Existe algumas pessoas que questionam o Marco Civil da internet, alegando de que foi aprovado de maneira apressada.
- (B) É importante mencionar de que as empresas de telecomunicações poderão vender velocidades diferentes, mas está proibido a venda de pacotes restritos.
- (C) Os usuários devem estar atentos ao fato de que não haverá distinções no tratamento dos conteúdos que trafegam pela internet.
- (D) Os clientes devem conhecer seus direitos para que este se cumpra, por exemplo: é evidente de que as empresas precisam oferecer a conexão contratada.
- (E) Sempre pode ocorrer falhas técnicas, capaz de comprometer a qualidade dos serviços, mas as empresas devem ter consciência de que essas falhas precisam ser prontamente corrigidas.

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 13.

#### *Nossas palavras*

Meu amigo lusitano, Diniz, está traduzindo para o francês meus dois primeiros romances, *Os Éguas* e *Moscow*. Temos trocado *e-mails* muito interessantes, por conta de palavras e gírias comuns no meu Pará e absolutamente sem sentido para ele. Às vezes é bem difícil explicar, como na cena em que alguém empina papagaio e corta o adversário “no gasgo”. Não sei se no universo das pipas, lá fora, ocorrem os mesmos e magníficos embates que se verificam aqui, “cortando e aparando” os adversários.

Outra situação: personagens estão jogando uma “pelada” enquanto outros estão “na grade”. Quem está na grade aguarda o desfecho da partida, para jogar contra o vencedor, certamente porque espera fora do campo, demarcado por uma grade. Vai explicar...

E aqueles dois bebedores eméritos que “bebem de testa” até altas horas? Por aqui, beber de testa é quase um embate para saber quem vai desistir primeiro, empilhando as grades de cerveja ao lado da mesa.

Penso que o uso das gírias – palavras bem locais, quase dialeto, que funcionam na melodia do nosso texto – é parte da nossa criatividade, uma qualidade da literatura brasileira. Quanto a mim, uso pouco, aqui e ali, nossas palavras. Procuro ser econômico. Mesmo assim, vou respondendo aos *e-mails*. Ele me diz que, enfim, está tudo pronto.

(Edyr Augusto Proença, <http://blogdaboitempo.com.br>, 26.07.2013. Adaptado)

07. O autor, ao se referir aos *e-mails* trocados com o amigo que está traduzindo seus romances, sugere que a tradução

- (A) necessita que o tradutor também seja escritor, para compreender o processo de criação artística.
- (B) requer acentuada erudição, a fim de se corrigirem os erros característicos do linguajar do povo.
- (C) deve ser realizada por romancistas adeptos do estilo regionalista e usuários de dialetos populares.
- (D) demanda um conhecimento profundo das obras literárias que influenciaram o autor traduzido.
- (E) envolve, além do domínio do idioma, o conhecimento da cultura retratada no texto original.

08. De acordo com o autor, o uso de gírias é

- (A) intenso entre autores populares e, sendo ele um romancista popular, usa muitas gírias em sua obra.
- (B) característico da literatura brasileira, embora não seja muito recorrente em sua própria obra.
- (C) peculiar a autores que escrevem com concisão, o que não é o caso dele, que exagera no emprego das gírias.
- (D) indício de um estilo inusitado e inovador, por isso as gírias locais são frequentes em seus romances.
- (E) restrito a autores paraenses, cuja criatividade com as palavras se destaca no cenário da literatura brasileira.

09. A partir da leitura dos três primeiros parágrafos, é correto concluir que o autor enfoca, em seus romances, situações que, para o leitor paraense, são

- (A) atípicas.
- (B) insólitas.
- (C) exóticas.
- (D) cotidianas.
- (E) anômalas.

10. O termo destacado em – E aqueles dois bebedores **eméritos** que “bebem de testa” até altas horas? – está corretamente interpretado com o sentido de

- (A) ignóbeis.
- (B) experientes.
- (C) abastados.
- (D) falastrões.
- (E) licenciosos.

Leia o trecho do primeiro parágrafo para responder às questões de números **11 a 13**.

Meu amigo lusitano, Diniz, está traduzindo para o francês meus dois primeiros romances, *Os Éguas* e *Moscow*. Temos trocado *e-mails* **muito** interessantes, **por conta de** palavras e gírias comuns no **meu** Pará e absolutamente sem sentido para ele. Às vezes é **bem** difícil explicar, como na cena em que alguém empina papagaio e corta o adversário “no gasgo”.

- 11.** A expressão **por conta de**, em destaque, tem sentido equivalente ao de:
- (A) a despeito de.
  - (B) com o intuito de.
  - (C) em contrapartida a.
  - (D) em detrimento de.
  - (E) em virtude de.
- 12.** O pronome possessivo em – “**meu** Pará” – atribui ao termo **Pará** a ideia de que se trata de um lugar
- (A) adquirido pelo autor.
  - (B) desdenhado pelo autor.
  - (C) estimado pelo autor.
  - (D) subjugado pelo autor.
  - (E) abandonado pelo autor.
- 13.** Os termos **muito** e **bem**, em destaque, atribuem aos termos aos quais se subordinam sentido de
- (A) comparação.
  - (B) intensidade.
  - (C) igualdade.
  - (D) dúvida.
  - (E) quantidade.

Leia o texto para responder às questões de números **14 a 18**.

*Palavras voam no vento*

A pequena Dora adorava dizer coisas feias. Sim, ela tinha aquele terrível hábito de falar bobagens, xingamentos. Certa manhã, antes de sair para o trabalho, sua mãe disse: “Tu sabias que as palavras voam no vento? Se dizes coisas ruins, o mal sai por aí e se multiplica. Mas se dizes coisas belas... o vento faz com que a bondade se espalhe pelo mundo”. A jovencinha ficou intrigada. Assim que a mãe se foi, decidiu testar a teoria. Encheu o peito e gritou com toda a força: AMOR!!!!...

Uma enorme e fortíssima rajada de vento se fez. Uma borboleta começou a brincar no ar. Dora seguiu o bichinho. Viu quando ele se pôs a dançar ao redor de uma moça. Viu a moça sorrir com a borboleta e começar a dançar como uma bailarina. Seguiu a moça. Viu quando ela, cheia de alegria, mandou beijos para uma andorinha que sobrevoava um jardim. A andorinha, de repente, deu um rasante sobre um canteiro e pegou com seu bico uma delicada flor vermelha. Dora seguiu a andorinha. Viu quando o pássaro deixou a flor cair nas mãos de um rapaz que estava sentando num banco de praça.

O moço, capturado por um imenso contentamento, tomou para si uma folha em branco e escreveu um poema. Dora viu quando o rapaz leu para o vento o poema. E os versos diziam: “Ame, porque o amor significa cantar. Cante, cante, cante. Porque quem canta encanta e sabe melhor amar”. Nossa amiga viu quando uma súbita ventania arrancou o papel da mão do jovem. Dora tentou correr para não perder de vista o escrito. Mas o vento foi mais ágil e o papel se perdeu.

Cansada com toda aquela andança, a menina voltou para casa. Caía a tarde quando sua mãe retornou do trabalho e entregou à filha um presente: um pedaço de papel dobrado em quatro. Disse ela: “Tome, minha filha. É para ti. Eu estava na janela do escritório e o vento me trouxe esse pedaço de papel. Leia... É para ti”. Dora abriu o papel e chorou ao ler o poema que nele estava escrito. Diziam os versos: “Ame, porque o amor significa cantar. Cante, cante, cante. Porque quem canta encanta e sabe melhor amar”.

(Carlos Correia Santos, <http://www.amapadigital.net>. Adaptado)

- 14.** A partir da leitura do texto, é correto concluir que Dora
- (A) se recusa a ouvir os conselhos de sua mãe e vai à rua para testar se as palavras alteram os fatos.
  - (B) descobre que sua mãe estava iludida ao crer que as palavras podem influenciar os acontecimentos.
  - (C) deixa de “dizer coisas feias” após ver o impacto de uma palavra com sentido pejorativo sobre o real.
  - (D) passa a dar mais valor às palavras ao ler um belo poema escrito por sua mãe.
  - (E) aprende, na prática, que o ensinamento de sua mãe acerca do poder das palavras estava correto.

15. É correto afirmar que o segundo parágrafo apresenta ações que se sucedem em uma relação de
- (A) contradição e finalidade.
  - (B) comparação e oposição.
  - (C) causa e efeito.
  - (D) proporção e retificação.
  - (E) alternância e equivalência.

16. A palavra que está empregada com sentido figurado no contexto está destacada em:
- (A) Certa manhã, antes de **sair** para o trabalho, sua mãe disse... (primeiro parágrafo)
  - (B) Tu sabias que as palavras **voam** no vento? (primeiro parágrafo)
  - (C) ... tomou para si uma folha em branco e **escreveu** um poema. (terceiro parágrafo)
  - (D) Cansada com toda aquela andança, a menina **voltou** para casa. (quarto parágrafo)
  - (E) ... sua mãe retornou do trabalho e **entregou** à filha um presente... (quarto parágrafo)

17. Assinale a alternativa em que a seguinte passagem – Mas o vento foi mais ágil e o papel se perdeu. (terceiro parágrafo) – está reescrita com o acréscimo de um termo que estabelece uma relação de conclusão, consequência, entre as orações.
- (A) Mas o vento foi mais ágil e, **contudo**, o papel se perdeu.
  - (B) Mas o vento foi mais ágil e, **assim**, o papel se perdeu.
  - (C) Mas o vento foi mais ágil e, **todavia**, o papel se perdeu.
  - (D) Mas o vento foi mais ágil e, **entretanto**, o papel se perdeu.
  - (E) Mas o vento foi mais ágil e, **porém**, o papel se perdeu.

18. Considere as seguintes passagens do texto.

- [Viu **a moça** sorrir] com a borboleta e começar a dançar como uma bailarina.
- Viu quando ela, cheia de alegria, mandou beijos para uma andorinha [que sobrevoava **um jardim**].
- Caía a tarde quando sua mãe retornou do trabalho e [entregou **à filha** um presente]...

Assinale a alternativa que apresenta os trechos entre colchetes correta e respectivamente reescritos, com as expressões em negrito substituídas por pronomes, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa no que se refere ao uso e à colocação pronominal.

- (A) Viu-**a** sorrir ... que **o** sobrevoava ... entregou-**lhe** um presente
- (B) **A** viu sorrir ... que sobrevoava-**o** ... entregou-**lhe** um presente
- (C) Viu-**lhe** sorrir ... que sobrevoava-**lhe** ... entregou-**lhe** um presente
- (D) Viu-**a** sorrir ... que **lhe** sobrevoava ... entregou-**a** um presente
- (E) **Lhe** viu sorrir ... que sobrevoava-**lhe** ... entregou-**a** um presente

19.



(Chris Browne, *Folha de S.Paulo*, 08.12.2013. Adaptado)

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, considerando que o termo que preenche a terceira lacuna é empregado para indicar que um evento está prestes a acontecer.

- (A) anúncio ... a ... iminente
- (B) anúncio ... à ... iminente
- (C) anúncio ... à ... iminente
- (D) anúncio ... a ... eminente
- (E) anúncio ... à ... eminente

20. Leia o seguinte fragmento de um ofício, citado do *Manual de Redação da Presidência da República*, no qual expressões foram substituídas por lacunas.

Senhor Deputado

Em complemento às informações transmitidas pelo telegrama n.º 154, de 24 de abril último, informo \_\_\_\_\_ de que as medidas mencionadas em \_\_\_\_\_ carta n.º 6708, dirigida ao Senhor Presidente da República, estão amparadas pelo procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas instituído pelo Decreto n.º 22, de 4 de fevereiro de 1991 (cópia anexa).

(<http://www.planalto.gov.br>. Adaptado)

A alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa e atendendo às orientações oficiais a respeito do uso de formas de tratamento em correspondências públicas, é:

- (A) Vossa Senhoria ... tua
- (B) Vossa Magnificência ... sua
- (C) Vossa Eminência ... vossa
- (D) Vossa Excelência ... sua
- (E) Sua Senhoria ... vossa

## REGIMENTO INTERNO

21. Prevê o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará que o Tribunal Pleno
- (A) realizará oito sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.
  - (B) poderá ser convocado extraordinariamente por edital, expedido pelo respectivo Presidente, com vinte e quatro horas de antecedência.
  - (C) funcionará com dois terços (2/3) de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.
  - (D) será instalado, em sessão solene, no primeiro dia útil do mês de janeiro e tomará o compromisso e dará posse ao novo Presidente.
  - (E) funcionará nas segundas e quartas-feiras, iniciando os trabalhos pela leitura do relatório de ocorrências.
22. A respeito das audiências e sessões, dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará que
- (A) o resumo das decisões tomadas será publicado, dispensando-se a lavratura de ata.
  - (B) a sessão ou audiência será suspensa se a parte se portar inconvenientemente, a fim de manter a disciplina dos trabalhos.
  - (C) ausentes os advogados das partes, será excluído da pauta o processo correspondente, designando-se nova data para a audiência ou sessão.
  - (D) as audiências serão públicas, salvo nos casos previstos em lei ou quando o interesse da Justiça determinar o contrário.
  - (E) ao Relator do processo em julgamento caberá manter a disciplina dos trabalhos com os poderes previstos nas leis processuais e no próprio Regimento.

## REGIME JURÍDICO ÚNICO

23. A respeito da posse, prevê o Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94) que
- (A) a posse ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do ato de provimento no Diário Oficial do Estado.
  - (B) o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio até 30 (trinta) dias após a posse.
  - (C) a quitação com as obrigações eleitorais e militares é um dos requisitos para a posse em cargo público.
  - (D) se a posse não se concretizar dentro do prazo, o ato de provimento ficará suspenso por até, no máximo, 5 (cinco) anos.
  - (E) a posse deve ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, não tendo o interessado direito à renúncia da posse.

24. Em relação aos adicionais previstos pelo Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94), é correto afirmar que
- (A) os adicionais de insalubridade, periculosidade, ou pelo exercício em condições penosas são inacumuláveis.
  - (B) o adicional por tempo de serviço será devido por quadriênios de efetivo exercício, até o máximo de 16 (dezesesseis).
  - (C) não cabe pagamento de adicional pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada.
  - (D) o adicional de insalubridade que for pago por 5 (cinco) anos consecutivos será incorporado aos vencimentos.
  - (E) para fins de adicional por trabalho noturno, será assim considerado aquele prestado no horário entre 23 (vinte e três) horas de um dia e 6 (seis) horas do dia seguinte.
25. No que diz respeito à seguridade social, o Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94) prevê que
- (A) os planos de previdência estaduais não cobrirão o evento reclusão.
  - (B) a contribuição previdenciária incidirá somente sobre o vencimento base do servidor.
  - (C) ela será fundada totalmente nas contribuições dos servidores.
  - (D) um de seus objetivos é a irredutibilidade do valor dos benefícios.
  - (E) será assegurado ao servidor o direito à saúde, não alcançando seus dependentes.
26. A responsabilidade civil do servidor público, no âmbito do Regime Jurídico Único,
- (A) não se estende aos sucessores do servidor público que venha a falecer no curso do processo administrativo ou judicial.
  - (B) por dano causado a terceiros, determina que ele responda perante a Fazenda Pública, independentemente de culpa.
  - (C) determina que as sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas.
  - (D) considera que absolvição judicial, afastando a autoria do servidor, não repercute na esfera administrativa.
  - (E) decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
27. Maria, servidora pública do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, faltou de forma injustificada, no ano de 2013, 6 (seis) vezes no mês de janeiro, 10 (dez) vezes no mês de março, 8 (oito) vezes no mês de maio, 15 (quinze) vezes no mês de julho, 10 (dez) vezes no mês de agosto e 15 (quinze) dias no mês de outubro. Nos termos do Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94), deverá ser aplicada a Maria a pena de
- (A) suspensão.
  - (B) demissão.
  - (C) repreensão.
  - (D) multa.
  - (E) censura.

**28.** O conjunto de atividades e responsabilidades de direção superior e intermediária, definidas com base na estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Pará, e de assessoramento superior e intermediário, de livre nomeação e exoneração, conforme previsto na Lei Estadual n.º 6.969/07, é definição de

- (A) cargo de provimento efetivo.
- (B) quadro de pessoal.
- (C) plano de carreira.
- (D) função gratificada.
- (E) cargo de provimento em comissão.

**29.** A periodicidade da Avaliação Periódica de Desempenho é de

- (A) seis meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o primeiro mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- (B) oito meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o último mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- (C) doze meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o terceiro mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- (D) quatorze meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o penúltimo mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- (E) vinte e quatro meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o último mês do ano anterior ao de sua efetivação.

**30.** Com relação ao enquadramento dos servidores no Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações do Poder Judiciário do Estado do Pará, é correto afirmar que

- (A) os servidores que não se enquadrarem no Plano instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07 integrarão Quadro Suplementar em Extinção, sendo a remuneração corrigida de acordo com os reajustes gerais promovidos pelo Poder Judiciário.
- (B) os servidores cujas atividades se enquadrarem no Plano instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07 não poderão optar pela permanência nos atuais cargos que ocupam, para integrar o Quadro Suplementar em Extinção.
- (C) o servidor poderá solicitar revisão do processo de enquadramento, no prazo de dez dias, a contar da publicação do ato de enquadramento no Plano, mediante solicitação à Corregedoria-Geral.
- (D) o enquadramento do servidor na Carreira, Cargo, Classe e Referência do Plano instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07 não poderá ser condicionado à prévia análise dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.
- (E) o enquadramento dos servidores no Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração, instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07, dar-se-á por meio de ato do Tribunal Pleno ou de autoridade delegada.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**31.** Quanto à anulação ou revogação de uma licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de revogação do processo licitatório, não há necessidade de ser assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- (B) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade sempre gera obrigação de indenizar.
- (C) Constatando a ocorrência de ilegalidade, a autoridade competente deverá revogar a licitação de ofício.
- (D) A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, produzindo efeitos retroativos.
- (E) A anulação por interesse público ocorrerá desde que provocação de terceiros demonstre fato superveniente que impeça futura contratação.

**32.** Considerando a responsabilidade civil da Administração Pública e um ato omissivo, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há qualquer responsabilidade, por falta de previsão constitucional, ao contrário dos atos comissivos.
- (B) O montante da indenização engloba o prejuízo total, com exceção de danos emergentes ou lucros cessantes.
- (C) Nas hipóteses em que o dano foi provocado por omissão própria, o tratamento jurídico pode ser semelhante ao adotado para os atos comissivos.
- (D) Para sua caracterização, é necessário que a mera inação produza um resultado, independentemente da conduta do agente ou de terceiros.
- (E) Descabe a alegação de excludentes de responsabilidade por não ser cabível em sede de responsabilidade objetiva.

**33.** Um ato administrativo produzido com defeito quanto ao sujeito que o emana, quanto à ofensa aos requisitos de existência e validade e quanto ao desvio de procedimento apresenta vícios de

- (A) competência, de forma e de finalidade.
- (B) forma, de conteúdo e de finalidade.
- (C) motivo, de conteúdo e de competência.
- (D) conteúdo, de forma e de competência.
- (E) forma, de motivo e de finalidade.

34. Nos termos da Constituição Federal, é a todos assegurado(a)
- (A) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
  - (B) a liberdade de associação para fins de caráter paramilitar.
  - (C) o direito de eximir-se de obrigação legal imposta invocando crença religiosa ou convicção filosófica.
  - (D) o acesso à informação e o sigilo da fonte, independentemente de sua necessidade recair, ou não, sobre o exercício profissional.
  - (E) a livre expressão da atividade intelectual, artística e científica precedidas de licença.
35. Instituir impostos sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos compete,
- (A) independentemente da localização de bens móveis e imóveis, respectivos direitos, títulos e créditos, à União.
  - (B) se o *de cuius* possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve seu inventário processado no exterior, à União.
  - (C) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.
  - (D) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, ao Estado e ao Município, de forma complementar, onde se processar o inventário.
  - (E) se o *de cuius* possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve seu inventário processado no exterior, ao Município da situação do bem.
36. A lei orçamentária anual, de acordo com a Constituição Federal em vigor, não veda a
- (A) realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
  - (B) realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital não autorizadas.
  - (C) abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
  - (D) transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.
  - (E) abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

37. Concussão: \_\_\_\_\_, para si ou para outrem, \_\_\_\_\_, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- Assinale a alternativa que completa as lacunas adequada e respectivamente.
- (A) receber ... diretamente
  - (B) receber ... direta ou indiretamente
  - (C) solicitar ... diretamente
  - (D) solicitar ... direta ou indiretamente
  - (E) exigir ... direta ou indiretamente
38. Funcionário que deixa seus afazeres na repartição acumular, pois se dedica a questões pessoais não urgentes durante o expediente de trabalho, sem autorização de seu superior, comete o crime de
- (A) enriquecimento ilícito.
  - (B) peculato apropriação.
  - (C) peculato culposo.
  - (D) prevaricação.
  - (E) peculato.
39. O crime de excesso de exação é cometido por
- (A) funcionário público contra as rendas públicas.
  - (B) funcionário público contra a Administração em geral.
  - (C) particular contra a Administração da Justiça.
  - (D) particular contra a Administração em geral.
  - (E) particular contra as finanças públicas.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PROCESSUAL PENAL**

40. As normas de assistência judiciária, estabelecidas pela Lei n.º 1.060/50, excluem
- (A) as isenções para honorários de advogados e peritos.
  - (B) as isenções para estrangeiros que não residem no país.
  - (C) os processos em trâmite perante a Justiça Militar.
  - (D) as despesas com a realização do exame de código genético – DNA.
  - (E) do conceito de necessitado quem tem renda familiar superior a 3 (três) salários-mínimos.



41. O prazo para o réu oferecer resposta nos procedimentos comuns ordinários, de acordo com o CPP (art. 396) e o CPC (art. 297) são,
- (A) ambos, de dez dias.
  - (B) ambos, de quinze dias.
  - (C) ambos, de trinta dias.
  - (D) respectivamente, de dez e quinze dias.
  - (E) respectivamente, de quinze e dez dias.

42. Assinale a alternativa que preenche adequadamente a lacuna.

Determina o art. 546 do CPP que os causadores de extravio de autos \_\_\_\_\_.

- (A) não mais poderão com eles lidar
- (B) ficam proibidos de manusear documentos sigilosos
- (C) serão multados em valor de um a cinco salários-mínimos
- (D) sofrerão punição disciplinar de advertência a demissão do serviço público
- (E) responderão pelas custas, em dobro, sem prejuízo da responsabilidade criminal

### DIREITO TRIBUTÁRIO

43. Considerando as disposições expressas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa que corretamente traduz um instituto tributário a respeito do qual a legislação tributária deva ser interpretada literalmente.
- (A) Outorga de remissão.
  - (B) Dispensa do cumprimento de obrigações tributárias principais.
  - (C) Suspensão do crédito tributário.
  - (D) Concessão de remissão.
  - (E) Conversão do depósito em renda.

44. Assinale a alternativa que estiver em consonância com as disposições do Código Tributário Nacional no que respeita à competência e aos poderes da autoridade administrativa.

- (A) A legislação tributária regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação, sendo certo que referida legislação aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, com exceção às que gozem de imunidade tributária ou isenção de caráter pessoal.
- (B) O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo, não sendo vedada a divulgação, dentre outras, de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- (C) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos empresariais ou fiscais, dos empresários, ou da obrigação destes de exibí-los, devendo os livros obrigatórios de escrituração empresarial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serem conservados até que ocorra a decadência dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- (D) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, sem fixação de prazo máximo para conclusão daquelas.
- (E) Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros todas as pessoas abrangendo, tal obrigação, a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão do cargo.

45. Os Municípios podem optar, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal, pela fiscalização e cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), relativamente aos imóveis neles situados, caso em que, do produto da arrecadação do referido imposto, terão direito a

- (A) vinte e dois e meio por cento.
- (B) vinte e cinco por cento.
- (C) trinta por cento.
- (D) cinquenta por cento.
- (E) totalidade.

46. A utilização efetiva ou potencial de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, autoriza a cobrança, por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, de
- (A) imposto.
  - (B) preço público.
  - (C) receita patrimonial.
  - (D) receita originária.
  - (E) taxa.
47. Sobre a isenção, é correto afirmar que
- (A) é sempre decorrente de contrato ou de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
  - (B) não pode ser restrita a apenas determinada região do território da entidade tributante, ainda que em função de condições a ela peculiares.
  - (C) é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão, salvo disposição de lei em contrário.
  - (D) pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, observado o disposto no Código Tributário Nacional.
  - (E) ainda que concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.
48. Acerca do pagamento indevido, de acordo com o estabelecido no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição prescreve em
- (A) 1 ano.
  - (B) 2 anos.
  - (C) 3 anos.
  - (D) 5 anos contados do pagamento indevido.
  - (E) 5 anos contados da rescisão da decisão condenatória.
49. Estabelece o Código Tributário Nacional uma ordem sucessiva a ser utilizada pela autoridade competente para aplicar a legislação tributária, diante da ausência de disposição expressa. De acordo a ordem assim estabelecida, referida autoridade deve utilizar em primeiro lugar
- (A) os princípios gerais de direito tributário.
  - (B) os princípios específicos de direito tributário.
  - (C) os princípios gerais de direito público.
  - (D) a equidade.
  - (E) a analogia.
50. Compete aos Municípios instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU); transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI) e serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência aquisitiva dos Estados e do Distrito Federal (ISS). Assinale a alternativa correta acerca de um desses impostos.
- (A) O IPTU poderá ter alíquotas diferenciadas de acordo com a localização e o uso do imóvel.
  - (B) O ITBI incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos.
  - (C) Cabe à Resolução do Senado Federal fixar as alíquotas máximas e mínimas do ISS.
  - (D) Tratando-se do ISS, cabe à lei ordinária regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos ou revogados.
  - (E) O ITBI incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, salvo se, nesse caso a atividade preponderante do adquirente for a de locação de bens imóveis.
- ### LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR
51. Determina a Lei n.º 8.935/94 que serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ e eficácia dos atos jurídicos. Completam corretamente as lacunas:
- (A) transparência ... realidade ... segurança
  - (B) impessoalidade ... moralidade ... autenticidade
  - (C) pessoalidade ... publicidade ... segurança
  - (D) publicidade ... autenticidade ... segurança
  - (E) moralidade ... publicidade ... autenticidade
52. A despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios, nos termos da Lei Complementar 101/00, é considerada
- (A) obrigatória de caráter continuado.
  - (B) obrigatória de caráter precário.
  - (C) obrigatória por prazo indeterminado.
  - (D) programática permanente.
  - (E) programática compulsória.

53. Nos termos da lei que dispõe sobre o Regimento de Custas do Estado do Pará, nos processos de qualquer natureza, é devido à Fazenda Pública do Estado, além das custas e emolumentos devidos pelos serviços forenses prestados pelas serventias estatizadas, a taxa judiciária no valor correspondente a 1% do valor da ação, até o limite de
- (A) 3 Unidades Fiscais do Estado do Pará – UFEPA.
  - (B) 5 Unidades Fiscais do Estado do Pará – UFEPA.
  - (C) 10 Unidades Fiscais do Estado do Pará – UFEPA.
  - (D) 50 Unidades Fiscais do Estado do Pará – UFEPA.
  - (E) 100 Unidades Fiscais do Estado do Pará – UFEPA.
54. O ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implementação de condição, corresponde, nos termos da Lei Geral do Orçamento, à definição de
- (A) empenho.
  - (B) liquidação.
  - (C) precatório.
  - (D) abertura de crédito adicional.
  - (E) operação de crédito.
55. O empresário individual que tenha auferido no ano-calendário anterior, receita bruta de até R\$ 60.000,00, optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista pela Lei Complementar n.º 123/06, é considerado, nos termos da referida lei como
- (A) Microempresa (ME).
  - (B) Empresário de Pequeno Porte (EPP).
  - (C) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI).
  - (D) Microempreendedor Individual (MEI).
  - (E) Sociedade Unipessoal (SUNI).

#### **CONTABILIDADE PÚBLICA E GOVERNAMENTAL**

56. É correto afirmar que os princípios orçamentários, em seu conjunto, permitem
- (A) tributação justa e equitativa.
  - (B) alocação de recursos equilibrada.
  - (C) maior participação popular.
  - (D) melhor controle político.
  - (E) planejamento de longo prazo.

57. No Brasil, o exercício financeiro abrange o período de
- (A) 01 de Janeiro a 31 de Dezembro.
  - (B) 01 de Janeiro a 30 de Dezembro.
  - (C) 02 de Janeiro a 31 de Dezembro.
  - (D) 02 de Janeiro a 30 de Dezembro.
  - (E) 01 de Janeiro a 15 de Dezembro.
58. A abertura de Créditos Adicionais possibilita a(o)
- (A) indicação de novas receitas.
  - (B) limitação de despesas.
  - (C) equilíbrio de caixa.
  - (D) reequilíbrio fiscal.
  - (E) alteração do orçamento.
59. O superávit do orçamento corrente, definido no § 3.º, do artigo 11, da Lei Federal n.º 4.320/64, não deve ser computado como item de receita orçamentária para evitar
- (A) um total de recursos inexistente.
  - (B) a somatória de deduções.
  - (C) o uso indevido de recursos.
  - (D) novas operações de crédito.
  - (E) uma arrecadação excessiva.
60. O Lançamento da Receita corresponde a:
- (A) alterações orçamentárias.
  - (B) inscrição de débitos.
  - (C) execução de créditos.
  - (D) aumento de arrecadação.
  - (E) execução de débitos.
61. Assinale a alternativa com a melhor definição de Despesa Orçamentária.
- (A) Desembolsos realizados com vistas a atender compromissos do Tesouro Público.
  - (B) Obrigações que afetam obrigatoriamente a situação patrimonial líquida.
  - (C) Compromisso que implicará em reconhecimento de passivos e desembolsos continuados.
  - (D) Fluxo consignado em orçamento podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.
  - (E) Obrigações de qualquer natureza a serem honradas no exercício corrente ou futuro.

62. Qual a função da liquidação da despesa?
- (A) Indicar o melhor momento para realizar um pagamento em conformidade com as disponibilidades de caixa, mantendo assim um equilíbrio financeiro.
  - (B) Fazer valer o que a legislação determina para evitar desvios de funções, expressas nas normas existentes.
  - (C) Possibilitar ao agente público agir para atender a interesses coletivos e sociais previstos em normas constitucionais.
  - (D) Atender ao previsto na legislação ao reconhecer, como líquido e certo, o direito de um fornecedor ou prestador de serviços de receber o que lhe é de direito.
  - (E) Garantir que a execução orçamentária ocorra dentro do que a programação de despesas fixou com a devida flexibilidade decorrente de recursos disponíveis.
63. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tem seus recursos constituídos em uma proporção do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e são eles distribuídos com critérios específicos. São esses recursos e são seus critérios de distribuição os seguintes:
- (A) 23,5% do IR e do IPI e em conformidade com faixas populacionais e áreas geográficas.
  - (B) 23,5% do IR e 22,5% do IPI e em conformidade com faixas populacionais e com o índice de atividade econômica do Município.
  - (C) 23,5% do IR, com deduções, 23,5% do IPI, com deduções, e em conformidade com faixas populacionais.
  - (D) 25,5% do IR e 25,5% do IPI e em conformidade com as faixas populacionais.
  - (E) 22,5% do IR, com deduções, 22,5% do IPI e em conformidade com faixas populacionais.
64. A renúncia de receitas, conforme prevista na Lei Complementar n.º 101/00, deverá atender a condições compensatórias. São algumas dessas condições:
- (A) receitas compensatórias e diminuição de despesas.
  - (B) aumentos de alíquotas e operações de crédito.
  - (C) novos tributos ou taxas e restrição aos restos a pagar.
  - (D) elevação de alíquotas e majoração de tributos.
  - (E) receitas extraorçamentárias e ampliação de base de cálculo de tributos.
65. Dois indivíduos deixaram de honrar seus compromissos de pagamento com a Municipalidade até a data prevista. Um deveria ter realizado o pagamento de um determinado tributo. O outro deveria ter pago uma multa de trânsito. Dada essa condição, o Ente Público responsável pela arrecadação dos dois valores (tributo e multa), e após a cobrança não atendida, deverá:
- (A) mover ação judicial dos valores desde que previstos na Lei de Orçamento Anual.
  - (B) iniciar ação judicial contra o multado e inscrever o tributado na Dívida Ativa.
  - (C) inscrever o multado na Dívida Ativa e realizar análise circunstanciada quanto ao tributado.
  - (D) inscrever imediatamente ambos na Dívida Ativa.
  - (E) inscrever ambos, após análise circunstanciada, na Dívida Ativa.
66. São estágios da Receita Orçamentária, os seguintes:
- (A) previsão, compensação e recolhimento.
  - (B) lançamento, cobrança e arrecadação.
  - (C) cobrança, compensação e pagamento.
  - (D) lançamento, arrecadação e recolhimento.
  - (E) cobrança, ajuizamento e recolhimento.
67. A estrutura do órgão de controle contábil poderá apresentar as seguintes possíveis características:
- (A) centralizada, descentralizada ou hierárquica.
  - (B) mista, hierárquica ou descentralizada.
  - (C) centralizada, integrada ou descentralizada.
  - (D) tutelar, centralizada ou hierárquica.
  - (E) descentralizada, interna ou externa.
68. O controle integrado, nos termos da Constituição Federal, visa, dentre outros objetivos, coibir
- (A) a ineficácia e o descumprimento do planejado.
  - (B) a expansão do estado e a ineficiência.
  - (C) os desvios legislativos e a ingerência política.
  - (D) a ineficiência e a ausência de políticas públicas.
  - (E) o endividamento e as práticas corporativistas.

**69.** São fontes de recursos para atender a Créditos Adicionais:

- (A) excesso de arrecadação, operações de crédito e anulação de dotações.
- (B) cancelamento de empenhos, superávit orçamentário e aumento de arrecadação.
- (C) superávit econômico, aumento de caixa e empréstimos obtidos.
- (D) cancelamento de créditos, superávit financeiro e cancelamento de restos a pagar.
- (E) economia orçamentária, aumento de arrecadação e execução de débitos.

**70.** Assinale a alternativa em que todos os itens têm correspondência com Receitas Patrimoniais.

- (A) Aluguéis de imóveis, concessões de rodovias e exploração de florestas.
- (B) Aplicações financeiras, dividendos e empréstimos obtidos.
- (C) Operações de crédito, emolumentos e taxas.
- (D) Juros, rendimentos e depreciações.
- (E) Rendimentos financeiros, aluguéis recebidos e contribuições.

## REDAÇÃO

Leia os textos 1, 2 e 3 para elaborar sua redação.

### TEXTO 1

Atualmente, cerca de 76,9% da energia elétrica produzida no Brasil vem de usinas hidrelétricas. De acordo com dados do Governo Federal, hoje existem 37 hidrelétricas no país e o plano é expandir o número. Apesar de produzirem muito menos poluentes que outras fontes de energia e não produzirem dejetos tóxicos ou radioativos, como as usinas nucleares, as hidrelétricas são responsáveis pelo alagamento de grandes áreas, podendo causar impactos socioambientais.

(<http://redeglobo.globo.com>, 03.08.2013. Adaptado)

### TEXTO 2

A hidreletricidade usa a energia da água corrente, sem reduzir sua quantidade, para produzir eletricidade. Portanto, todos os empreendimentos hidrelétricos, de pequeno ou grande porte, a fio d'água ou de armazenamento, enquadram-se no conceito de fonte de energia renovável. As usinas hidrelétricas não produzem poluentes do ar. Muito frequentemente, elas substituem a geração a partir de combustíveis fósseis, reduzindo, assim, a chuva ácida e a fumaça. As instalações hidrelétricas trazem eletricidade, estradas, indústria e comércio para as comunidades de seu entorno, desenvolvendo a economia, ampliando o acesso à saúde e à educação, melhorando a qualidade de vida.

([www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br), 14.06.2014. Adaptado)

### TEXTO 3

A construção de hidrelétricas e, conseqüentemente, suas barragens e lagos causam diversos impactos sociais e ambientais negativos. As populações são atingidas direta e concretamente através do alagamento de suas propriedades, casas, áreas produtivas e até cidades. Existem também os impactos indiretos como perdas de laços comunitários, separação de comunidades e famílias, destruição de igrejas, capelas e inundação de locais sagrados para comunidades indígenas e tradicionais.

Na área ambiental, o principal impacto costuma ser o alagamento de importantes áreas florestais e o desaparecimento do habitat dos animais. Muitas vezes a hidrelétrica é construída em áreas onde se concentram os últimos remanescentes florestais da região, desmatando e inundando espécies ameaçadas de extinção. Mesmo quando os Estudos de Impacto Ambiental são realizados de forma correta, apontando os verdadeiros impactos gerados por uma hidrelétrica, na maioria das vezes as ações de mitigação desses impactos não chegam a compensar de fato os efeitos negativos. Além disso, cada rio tem características únicas, espécies da fauna e flora próprias, vazões e ciclos particulares. Cada rio tem também diferentes populações morando em seu entorno, com realidades econômicas e sociais variadas.

([www.maternatura.org.br](http://www.maternatura.org.br), 14.06.2014. Adaptado)

A partir da reflexão suscitada pelos textos, escreva uma dissertação argumentativa, usando a norma-padrão da língua portuguesa, expressando seu ponto de vista sobre o seguinte tema:

**A CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:  
COMO SOLUCIONAR ESSE PROBLEMA?**



